

**Caderno de História
Memorial do Rio Grande do Sul**

**O bicentenário do Almirante Tamandaré: o
homem, o cidadão, o militar e sua
conjuntura histórica**

Francisco das Neves Alves

O bicentenário do Almirante Tamandaré: o homem, o cidadão, o militar e sua conjuntura histórica*

Francisco das Neves Alves**

Entendida sinteticamente como a descrição ou a história da vida de uma pessoa, a biografia, como gênero narrativo de cunho historiográfico, após várias críticas oriundas das tendências revisionistas da história, mormente a partir do início do século XX, uma vez renovada, vem sendo revalorizada e encontrando espaço nos trabalhos de natureza histórica. Nesse sentido, a biografia passa a ser interpretada como uma abordagem mais ampla de pesquisa, extrapolando a própria ação individual do personagem retratado, ou seja, passou a poder “ser um empreendimento de homologação seja do conhecimento adquirido, seja das idéias prontas sobre um homem, seja das relações entre um sistema político e a coletividade”¹. Assim, diversos trabalhos de sentido biográfico passaram a buscar novas interfaces de abordagem; uma delas é aquela que objetiva inter-relacionar a ação individual com a conjuntura histórica na qual o personagem retratado se inseriu, no intento de encontrar as interações entre a experiência individual e as inexoráveis influências exercidas pelo seu meio histórico. De acordo com essa perspectiva, “a biografia conserva sua especificidade”, mas “a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias”².

Nessa linha, a biografia, estudada em suas relações com a conjuntura histórica, possibilita duas perspectivas diferentes, ou seja, “a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante”, ao mesmo tempo este tipo de interpretação “tende a normalizar comportamentos que perdem seu caráter de destino individual na medida em que são típicos de um meio social”, bem como “contribuem para o retrato de uma época ou de um grupo”, de maneira que “não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipo, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”³. Assim, nas abordagens

* Esta breve abordagem de cunho biográfico do Almirante Tamandaré constitui um dos capítulos da obra *Almirante Joaquim Marques Lisboa – o bicentenário do Marquês de Tamandaré: história & memória*, edição especial alusiva ao bicentenário de Joaquim Marques Lisboa.

** Professor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 175. O autor analisa as várias formas de abordagem biográfica ao longo da história.

² LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 175.

³ LEVI, p. 175-176.

biográficas pode-se empreender análises históricas com base na “*superfície social*”, levando em conta “o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos”⁴.

Assim, nesse tipo de estudo histórico, torna-se necessário “atentar para os condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou os grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia”⁵. Na análise da biografia através da conjuntura histórica, articulada neste trabalho, além de descrever “o contexto como um *pano de fundo*” onde atua o “personagem central”, pretende-se encontrar “neste contexto a explicação para a ação individual”, bem como ter nessa ação uma possibilidade “de acesso para o exame de questões mais amplas”⁶. Dessa forma, intenta-se promover o estudo da atuação de Joaquim Marques Lisboa, Almirante e Marquês de Tamandaré, sob o viés do meio em que se desenvolveram suas vivências, num feixe de inter-relacionadas influências de parte a parte, ou seja, os efeitos do coletivo sobre o individual e a participação do indivíduo em sua conjuntura histórica. A abordagem se efetiva dessa maneira num quadro de interação entre personagem e conjuntura e a base para a sua elaboração se estabeleceu por meio das muitas biografias escritas sobre o Almirante Tamandaré, as quais, apesar do caráter muitas vezes eminentemente apologético e panegírico, são extremamente ricas em informações, fundamentais à construção deste tipo de trabalho histórico⁷.

Na virada do século XVIII ao XIX, o Brasil passava por transformações irretorquíveis na sua evolução histórica. Nesse quadro, a vila do Rio Grande de São Pedro também encontrava-se em dos momentos de inflexão de sua história⁸. Como lembrou John Luccock, os próprio rio-grandinos pouco

⁴ BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.190.

⁵ BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 222.

⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n. 6, p. 181, 1996.

⁷ As considerações acerca da biografia de Tamandaré foram elaboradas a partir dos seguintes escritos: APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS para a História das Campanhas do Uruguai e Paraguai desde 1864. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1866. Visconde de Tamandaré. p. 23-36; COSTA, Dídio. *Tamandaré – Almirante Joaquim Marques Lisboa*. Rio de Janeiro: Alba Livraria, 1942; BARROSO, Gustavo. *Tamandaré, o Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1956; BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1921. v. 4; BOITEUX, Henrique. *O Marquês de Tamandaré – um indígene brasileiro*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943; VILLAR, Frederico. *Almirante Joaquim Marques Lisboa – Patrono da Marinha Nacional*. Rio de Janeiro: [s. l.], 1950; LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré – Patrono da Marinha (seu perfil histórico)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983; além das várias notas biográficas publicadas na imprensa e utilizadas de forma complementar. Por vezes há certas discordâncias entre esses escritos quanto a algumas datas na cronologia de vida do Almirante Tamandaré, de modo que, nesses casos de discrepância, a opção foi pela data mais aceita entre todos.

⁸ Sobre a formação histórica do Rio Grande ver: QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

observavam a fase de amplas transformações por que passava o Rio Grande, dando os primeiros passos em direção à sua nova função de entreposto comercial⁹. Pouco a pouco, o povoado viria a se recuperar das intempéries e idiossincrasias dos Setecentos e, já no início do século XIX, projetava-se a mudança no papel socioeconômico da vila: aos poucos deixava de ser apenas o ponto militar-estratégico da ocupação lusa nas terras meridionais, para tornar-se o mais importante porto marítimo sul-brasileiro, vindo a constituir aquilo que Arsène Isabelle viria a denominar de porta de entrada da província do Rio Grande do Sul¹⁰. A evolução mercantil do Rio Grande adviria das próprias transformações pelas quais vinha passando o comércio brasileiro, paulatinamente livrando-se do jugo do pacto colonial lusitano, numa conjuntura que iria levar à transmigração da família real, à abertura dos portos e aos tratados comerciais com a Grã-Bretanha¹¹. Era o início de um processo histórico que, sem retorno, redundaria na formação do Estado Nacional Brasileiro.

Nessa conjuntura, a 13 de dezembro de 1807, nascia, no seio de uma família rio-grandina, o menino Joaquim Marques Lisboa, que teve de ser batizado às pressas na Matriz de São Pedro, tendo em vista iminente risco de vida. A família era de origem lusitana; o pai, Francisco Marques Lisboa, e a mãe, Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima, deslocaram-se de Porto Alegre, vindo a fixar-se na vila do Rio Grande, que, apesar de ainda acanhada, já começava a demarcar suas potencialidades do porvir. A vinda para o Rio Grande deu-se em 1800, quando o casal já contava com uma prole de cinco filhos, tendo Francisco Marques se dedicado às lides mercantis. O comércio se enraizava como atividade econômica básica da povoação, e para que se desenvolvesse era fundamental a boa administração da entrada na vila através da perigosa barra, cujos obstáculos muito prejudicariam a evolução da urbe. Primeiro por iniciativa de grupo de comerciantes e depois com reconhecimento oficial, Marques organizou e dirigiu um serviço de praticagem¹² e salvamento de navios, chegando a desempenhar as funções de Patrão-Mor e Prático, ao lado de suas já firmadas atividades comerciais, e veio a se tornar proprietário de embarcações. Francisco Marques viria a tornar-se pessoa influente na vila; integrou a Guarda Cívica, no posto de Capitão, e recebeu o título de Segundo-Tenente Honorário da Marinha e, mais tarde, o de Comendador da Ordem de Cristo.

⁹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatitaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 122.

¹⁰ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 77.

¹¹ Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. 115-164.

¹² Praticagem – serviço que prestam os práticos dirigindo os navios, na entrada e saída dos portos, em geral em todas as circunstâncias da navegação que exigem especial e minucioso conhecimento dos obstáculos que a ela se oponham, quer percorrendo a costa, quer demandando quaisquer pontos acessivos no interior dos mares, rios, etc. (DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO. Organizado por uma Comissão nomeada pelo Governo Imperial sendo Ministro da Marinha o Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo, sob a direção do Barão de Angra. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1877. p. 163).

INSERIR FIGURA 1

Matriz de São Pedro em reprodução de período aproximado ao do batizado de Tamandaré (acervo BRG¹³)

Uma das grandes controvérsias que se desenvolveria acerca da biografia de Joaquim Marques Lisboa esteve ligada ao seu local de nascimento. Durante muito tempo debateu-se no campo jornalístico, literário e historiográfico se havia nascido no Rio Grande ou na vizinha vila de São José do Norte. Ao longo do século XIX e nas primeiras quatro décadas da centúria seguinte prevaleceria o pensamento de que o berço do futuro Almirante Tamandaré era São José do Norte; posteriormente predominaria a idéia do nascimento no Rio Grande, ficando, inclusive as próprias biografias acerca do militar divididas quanto a essa questão, levando também em conta essa barreira cronológica. Ainda em 1900, um dos primeiros a ressaltar o Rio Grande como terra natal de Marques Lisboa foi o historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, um dos mais conceituados escritores rio-grandenses de sua época¹⁴. A tese do nascimento de Marques Lisboa no Rio Grande ganharia corpo a partir dos anos quarenta do século XX e a partir daí viria a encontrar foros de aceitação mais ampla, até consolidar-se, embora vez por outra surgissem contestações, ainda que isoladas e com pequena repercussão.

Um dos maiores responsáveis pela divulgação da vila do Rio Grande como local de nascimento de Tamandaré foi o historiador-militar Dídio Costa¹⁵, o qual, inclusive, reviu sua posição anteriormente adotada sobre o tema. Foi decisiva para essa mudança de perspectiva a pertinaz atuação de pesquisa de um dos mais conceituados historiadores gaúchos de então, Abeillard Barreto, que estava à frente da direção da Biblioteca Rio-Grandense, mais antiga e maior instituição de seu gênero no contexto sul-rio-grandense e uma das mais importantes do país, com riquíssimo acervo bibliográfico e documental. A tese defendida por Barreto advinha da informação de que, quando de um restabelecimento de saúde de D. Pedro II, em fins de 1883, a Câmara Municipal da cidade do Rio Grande lhe teria enviado um telegrama congratulando-se com o Imperador pelo ocorrido, em cuja resposta aparecia a referência ao local de nascimento do futuro Patrono da Marinha Brasileira¹⁶.

Abeillard Barreto persistia na busca de documentação, referindo-se ao fato de que a Câmara rio-grandina, diante da comunicação imperial, fizera registrar em ata a resposta e resolvera oficial ao Almirante por ter se

¹³ Biblioteca Rio-Grandense.

¹⁴ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Crônica. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1900*. Rio Grande: Livraria Americana, 1900. p. 35-76.

¹⁵ COSTA, Dídio Iratim Afonso da. O berço de Tamandaré. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, ano LXIV, n. 4, 5 e 6, p. 285-291, 1944. Uma versão mais completa do trabalho, com a citação completa da correspondência trocada entre os pesquisadores e a Marinha é: COSTA, Dídio Iratim Afonso da. O berço de Tamandaré. In: *Subsídios para a História Marítima do Brasil – Extratos do Arquivo do Almirante Tamandaré*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. v. 8, p. 1-18. Todas as citações acerca do debate em torno do local de nascimento de Tamandaré foram extraídas dessas referências.

¹⁶ Dizia o despacho telegráfico: "Sua Majestade o Imperador agradece à Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul a felicitação que em nome dos seus municípios e pelo restabelecimento de sua saúde acaba de lhe dirigir por intermédio do Camarista de Semana Visconde de Tamandaré, e este, como rio-grandense, prevalece-se da oportunidade para saudar a Câmara Municipal do lugar de seu nascimento".

congratulado “com a cidade do Rio Grande por ter sido o berço de tão distinto brasileiro”¹⁷. Ainda na faina da pesquisa documental, o historiador gaúcho encontraria a certidão de casamento de Joaquim Marques Lisboa com D. Maria Eufrásia Lisboa, ocorrido na Matriz de Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro, na qual ficava firmado o local de nascimento do nubente, e enviaria ao Ministério da Marinha ofício explicativo e cópia do documento em questão¹⁸. Conforme solicitação de Barreto, a Marinha viria a divulgar a aceitação do Rio Grande como terra natal de Tamandaré, e o biógrafo Didio Costa declararia em 1944 que, “estampando em suas páginas a contribuição por que se empenhou com sucesso a Biblioteca Rio-Grandense, a *Revista Marítima Brasileira*” divulgava “peças suficientemente esclarecedoras sobre o berço do glorioso Almirante Tamandaré – a cidade de S. Pedro do Rio Grande”, ditame este confirmado em 1950 na publicação *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Constituíam-se então um divisor de águas quanto à querela, estabelecendo-se a ampla aceitação do Rio Grande como local de nascimento do personagem.

Assim, o menino Joaquim nascera num meio propício àquela que seria uma marca registrada de sua futura existência, quer seja, uma vida profundamente relacionada com as lides marinheiras. O contexto era assim representado pelas atividades profissionais paternas e pela própria terra natal, a vila do Rio Grande e seu entorno banhado pelas águas. Na infância, ele teria amplo contato com as embarcações, mormente as de seu pai, com as histórias contadas pelo seu genitor e os empregados deste, bem como nas pescarias e nas brincadeiras de criança. Muito jovem ainda, em 1813, faria sua primeira viagem por mar, para o Rio de Janeiro, ao lado do pai, que retornaria. Joaquim permaneceu na Corte, onde encaminhava os estudos e convivia com o ambiente da capital do Império, manifestando já o fervor católico, uma de suas

¹⁷ Era o seguinte o conteúdo do ofício: “Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul, 17 de janeiro de 1884. Ilmo. e Exmo. Sr. – A Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul recebeu, com especial agrado, a saudação que V. Ex. se dignou dirigir-lhe, em telegrama de 12 do corrente, como Camarista de Semana de Sua Majestade o Imperador, e resolveu, em sessão de ontem, agradecer a V. Ex. tão significativa prova de apreço. É verdade que a província do Rio Grande conta muitos filhos ilustres e beneméritos; mas também é verdade que entre tantos varões, que são a glória da Pátria, nenhum tem conquistado uma reputação tão incontrastável em sua pureza, como esplendorosa em seus feitos militares; - e pois, a Câmara Municipal do lugar que foi o berço de V. Ex. pede à Divina Providência que prolongue a preciosa existência de tão preclaro brasileiro, a quem Deus guarde. Ilustríssimo e Exmo. Sr. Visconde de Tamandaré, Digníssimo Almirante da Armada Nacional Imperial, Conselheiro de Guerra, Ajudante de Campo de S. M. o Imperador”.

¹⁸ Na correspondência, Barreto afirmava: “Em ofício [anterior] teve esta Biblioteca Rio-Grandense a satisfação de remeter a V. Ex. uma prova de que foi esta cidade que serviu de berço ao glorioso Almirante Tamandaré. Perseverando no mesmo propósito de oferecer a V. Ex. o mais amplo e completo documentário a respeito, obtivemos agora, nessa capital, na Matriz de N. S. da Glória, a certidão de casamento do então Capitão-Tenente Joaquim Marques Lisboa com D. Maria Eufrásia Lisboa, no qual assentamento fica evidenciado ser o primeiro ‘natural e batizado na Matriz da cidade do Rio Grande de S. Pedro do Sul’. Pudessem assim restar dúvidas quanto à legitimidade da declaração do próprio Tamandaré, constante do telegrama enviado à Câmara Municipal ‘de sua terra natal’, esta certidão ora aqui junta vem pôr definitiva e irretorquível solução ao caso, afirmando o Rio Grande como berço do ilustre marinheiro. Como de outra feita, termino por solicitar a V. Ex. a divulgação do documento em qualquer das publicações desse Ministério, todas elas de elevado cunho, ao mesmo tempo em que solicito seja conservado junto à fé-de-ofício do digno Patrono da Marinha de Guerra Brasileira”.

características marcantes. Ele próprio descreveu o prazer que tinha em participar das procissões religiosas. Em 1820 ele retorna ao Rio Grande, e durante a viagem o aprendizado das lides náuticas torna-se cada vez mais cotidiano. No ano seguinte, voltava para o Rio de Janeiro para prosseguir os estudos, na embarcação de seu pai, quando teve a possibilidade do contato ainda mais próximo com a arte da navegação, pois o capitão permitiu que ele atuasse em seu auxílio.

Os caminhos em direção à Marinha pareciam já inexoráveis na seara de vida do jovem Joaquim. Ainda assim, teria de vencer certa resistência de parte de seu pai, que já perdera dois filhos, mortos na atuação militar. Ocorrida a independência do Brasil, Francisco Marques Lisboa se colocaria como partidário da emancipação, vindo a receber a Comenda da Ordem de Cristo, e seu filho passa a trabalhar no sentido de convencê-lo a que pudesse atender ao esforço de guerra que partira do Imperador. Ainda que a independência tenha sido aceita na maior parte das províncias, alguns focos de resistência se manifestaram, mormente onde havia fortes contingentes militares fiéis a Portugal, tendo sido necessário combater essa oposição¹⁹. Cabia aos novos detentores do poder, capitaneados por D. Pedro I, estabelecer as prioridades do país que nascia, dentre as quais destacaram-se: buscar o reconhecimento internacional, dotar a jovem nação de uma constituição e vencer a resistência lusitana, deflagrando-se então a chamada Guerra da Independência²⁰.

Nesse quadro, “corriam febris os preparativos para aprontar para o mar a pequena esquadra que, pouco depois, sob o comando do Primeiro-Almirante Lorde Cochrane, colheria nas Lutas pela Independência” as primeiras vitórias da Armada Nacional²¹. O ainda adolescente Joaquim atenderia ao chamado pelo esforço de guerra e, conseguindo convencer seu pai, ingressaria na Esquadra Brasileira a 21 de novembro de 1822, na categoria de Voluntário. Seu requerimento de ingresso foi deferido em 4 de março de 1823, mesma data em que ele embarcou na *Niterói*, vindo a ter seu batismo de fogo durante o mês e meio em que se efetuou o bloqueio do porto de Salvador. Participou também da ação naval brasileira de perseguição à esquadra lusitana pelo Atlântico até a costa portuguesa, no intento de eliminar definitivamente os focos de resistência, consolidando a independência nacional. Nessas missões, Marques Lisboa desempenharia variadas funções, recebendo suas primeiras condecorações, bem como manifestações abonadoras de parte do comandante britânico John Taylor. Em novembro de 1823, retornou à Bahia, e em fevereiro do ano seguinte desembarcou *Niterói*.

INSERIR FIGURA 2

Fragata Niterói (acervo DPHCM²²)

¹⁹ SILVA, Theotônio Meirelles da. *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1882. v. 2. p. 179.

²⁰ Sobre esse contexto histórico, ver: RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975-1976. 5v.

²¹ GUEDES, Max Justo. Sesquicentenário da entrada de Tamandaré para o serviço naval. *Navigator – subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, n. 7, p. 39, 1973.

²² Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha.

Após sua iniciação no fogo de batalha, Joaquim Marques Lisboa viria a ingressar na Academia Imperial da Marinha, no Rio de Janeiro. Desse modo, o seu “curso acadêmico” foi “precedido de uma excelente prova vestibular”²³, constituindo assim, segundo muitos olhares de então, uma experiência não alcançável apenas nos bancos escolares. A afirmação do Estado Nacional Brasileiro não fora um processo simples. Logo em seguida surgiram desentendimentos político-ideológicos no seio do grupo governante. D. Pedro I, como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil e tendo em vista suas próprias raízes dinásticas, acostumara-se a governar de forma centralizadora, mas, com a formação da Assembléia Constituinte, as tendências liberais levavam a uma idéia de divisão de poderes, promovendo fortes conflitos de interesse que culminariam com o fechamento da Constituinte por D. Pedro e dotando o país de uma constituição centralizadora político-administrativamente e concentradora de poder nas mãos do Imperador. Essas atitudes despertariam forte oposição dos liberais, advindo séria crise ao I Reinado, e surgiriam as primeiras manifestações revolucionárias contra o governante, caso da Confederação do Equador, que se alastraria pelo Nordeste brasileiro²⁴.

Marques Lisboa era aluno há um ano na Academia mas, com a formação da expedição em direção às províncias rebeladas no Nordeste, viria a solicitar seu embarque ao Almirante Cochrane, com o qual já navegara no tempo em que permaneceu na nau *Pedro I*. O intento do jovem acadêmico viria a ser obstruído pela determinação ministerial que proibia o embarque de voluntários que não houvessem cursado a Academia Imperial. Após declarações e intervenção de Cochrane, que argumentaria quão importante era a experiência dos voluntários²⁵, viria, a contragosto do Ministro da Marinha, em 27 de julho de 1824, a autorização para o embarque. Lisboa deixava a Academia para não mais retornar. Embarcou em julho de 1824 na nau *Pedro I*, e no mês seguinte partiu para Alagoas. No Nordeste, participou nos combates à Confederação do Equador, em Pernambuco, no Ceará e no Maranhão, e chegou a ser enviado em missão a Belém do Pará. Após mais de um ano, em dezembro de 1825 retornaria ao Rio de Janeiro. José Marques Lisboa, irmão de Joaquim, vinha reunindo documentos, certidões e declarações, inclusive as de Taylor e Cochrane, sobre a ação e conduta do jovem militar, visando a obter a sua promoção a 2º Tenente de Comissão, o que se estabeleceria por Aviso da Secretaria da Marinha, a 2 de dezembro de 1825, passando ele a servir na fragata *D. Paula*. Em seguida, embarcaria para o Rio da Prata, onde a Esquadra Brasileira enfrentava a Guerra da Cisplatina. A 2 de janeiro de 1826, embarcou na *Leal Paulista*. Pouco depois, a 22 de janeiro de 1826, seria

²³ COSTA, Didio Iratim Afonso da. Barroso, Tamandaré, Inhaúma. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, ano LIII, n. 1 e 2. p. 40, 1933.

²⁴ A respeito desse contexto, ver: QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Monárquico (o processo de emancipação)*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1976. v. 3. p. 207-237.

²⁵ Por essa ocasião, após várias argumentações a respeito de Tamandaré, Cochrane teria proferido uma das expressões mais repetidas sobre o jovem militar: “Aquele senhor, Majestade, será o Nelson brasileiro!” (MAIA, João do Prado. *Através da História Naval Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. p. 95-97.).

promovido a 2º Tenente Efetivo.

INSERIR FIGURA 3

Nau Pedro I (acervo DPHCM)

A Guerra da Cisplatina constituiu um momento de inflexão para o I Reinado, agravando uma crise que resultaria na abdicação de D. Pedro I. Era o primeiro conflito internacional no qual participava o recém-criado Estado Nacional Brasileiro, mas advinha um processo histórico bem mais antigo, ainda da época colonial, em que Portugal e Espanha digladiaram-se pelas terras no sul da América do Sul. A dinastia bragantina estabeleceu um projeto geoestratégico em relação a suas posses na América meridional, pretendendo dominá-la do norte ao sul, tendo como pontos-chaves duas das grandes bacias hidrográficas nesses pontos, respectivamente, a Amazônica e a do Prata. Apesar de questões de fronteira com a Inglaterra e a França, o domínio sobre a Bacia Amazônica se consolidaria; no Prata, entretanto, a resistência hispânica fora muito maior, tendo em vista o risco que o avanço luso em direção ao sul poderia representar ao escoamento de metais preciosos e ao abastecimento das colônias espanholas. Nesse quadro, o enfrentamento bélico luso-hispânico foi constante ao longo do século XVIII. Na centúria seguinte, o projeto bragantino foi abandonado, levando D. João a intervenções na Banda Oriental que redundariam na sua anexação, constituindo a denominada Província Cisplatina. Formados os estados nacionais, as disputas não se aplacaram e as Províncias Unidas do Rio da Prata, futura Argentina, buscariam fomentar os movimentos rebeldes cisplatinos em torno da emancipação, o que levaria à declaração de guerra de parte do Brasil. A Guerra da Cisplatina duraria de 1825 a 1828, com grande desgaste dos beligerantes, e resultaria, a partir da intervenção britânica, na formação daquele que seria considerado um “estado-tampão” entre o Brasil e a Argentina, a República Oriental do Uruguai²⁶.

Marques Lisboa participava assim de seu primeiro conflito na região platina, lugar em que ele voltaria às lides bélicas em várias outras ocasiões de sua vida. Na *Leal Paulista*, ele participou da Batalha Naval de Corrales, em maio de 1826, vindo depois a embarcar na *Niterói*, na qual atuou no bloqueio aos portos de Buenos Aires e Montevideu, e pouco depois, em julho de 1826, foi nomeado comandante da escuna *Constança*. Durante a Guerra da Cisplatina, o 2º Tenente participaria de expedições à Patagônia, no encalço de corsários que atacavam embarcações brasileiras. No comando da *Constança*, atuou no salvamento de 280 companheiros da corveta *Duquesa de Goiás*, que encalhara e se partira ao meio. A expedição à Patagônia acabaria por não ter êxito, com a perda de navios e vidas, além do que muitos brasileiros foram feitos prisioneiros, dentre eles o jovem militar nascido no Rio Grande. O 2º

²⁶ A respeito da conjuntura histórica dessa época, ver: SOUZA, J. A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Monárquico (o processo de emancipação)*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1976. v. 3. p. 300-328.

Tenente Lisboa participaria de um grupo de resistência a seus carcereiros, o qual conseguiu a recuperação da liberdade e do brigue *Anna*, depois de meses de prisão, voltou a Montevideu em agosto de 1827, onde embarcaria na corveta *Maceió* e partiria para nova expedição à Patagônia. Em abril de 1828, Marques Lisboa assumia o comando da escuna *Bela Maria*, na qual atuaria no combate e aprisionamento do *Ocho de Febrero*. Quase três meses depois, em julho de 1828, como a *Bela Maria* parou para reparos, Lisboa assumiu o comando da escuna *Rio da Prata*, a qual compunha a divisão naval que visava a liquidar os pontos controversos da convenção de paz. Em outubro do mesmo ano regressou a Montevideu, onde encontrou sua promoção a 1º Tenente (estabelecida por Decreto de 12 de outubro de 1827), e embarcou na fragata *Príncipe Imperial*, em novembro de 1828. No comando da *Rio da Prata*, permaneceu na região platina, até abril de 1831, e no mês seguinte partiu para o Rio de Janeiro.

INSERIR FIGURA 4

Escuna Bela Maria (acervo DPHCM)

Nessa época, tendo em vista a grave crise política que afligia o país, D. Pedro I abdicou em nome de seu filho, ainda menor de idade, passando o Brasil a ser governado por meio das Regências. Seria um dos momentos mais conturbados da vida nacional, ocorrendo inclusive sérios riscos à integridade territorial e institucional do Brasil. O afastamento de Pedro I foi visto pelos liberais como a grande possibilidade de eliminar os tópicos centralizadores e concentradores de poder da Constituição, chegando eles a denominar a abdicação como a “Revolução do 7 de Abril”. No entanto, o equilíbrio de forças e a falta de homogeneidade partidária entre os vários grupos atuantes, como os restauradores, os conservadores, os liberais moderados, os liberais exaltados e os radicais republicanos, fizeram com que os avanços pretendidos por aqueles não fossem tão consideráveis. A insatisfação político-ideológica desencadearia uma série de focos revolucionários que se espalharam pelo país. Este desencadear rebelde era também reflexo do contexto internacional, constituindo-se a primeira metade do século XIX como uma era revolucionária por excelência, durante a qual os movimentos rebeldes espalhavam-se pelo mundo em verdadeiras ondas revolucionárias²⁷.

Essas ondas revolucionárias que já haviam atingido o Brasil em sua primeira leva, estimulando o processo emancipacionista, agora se faziam sentir em sua segunda leva, espocando uma série de rebeliões em várias regiões do território brasileiro²⁸. Os focos rebeldes convulsionaram o Nordeste, teriam no Rio Grande do Sul o mais duradouro dos movimentos e já na sua fase mais

²⁷ HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

²⁸ Uma visão regionalizada do Brasil dessa época pode ser observada a partir dos vários textos inclusos em: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Monárquico (dispersão e unidade)*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1978. v. 4. p. 9-505.

tardia chegariam a São Paulo e a Pernambuco, esta já na denominada terceira onda revolucionária em termos mundiais. As revoltas foram normalmente movidas por princípios liberais, reivindicando maior autonomia provincial e menor concentração de poderes nas mãos do Governo central, mas algumas foram mais radicais, professando ideais republicanos e/ou defendendo reformas de ordem social. Com grande dificuldade, o Governo Regencial buscou combater e aplacar essas rebeliões, de modo que muitas delas só viriam a ser eliminadas a partir da chegada de Pedro II ao poder, com a antecipação de sua maioria²⁹.

Tanto à época regencial quanto já no II Reinado, Joaquim Marques Lisboa atuou constantemente no combate aos vários focos rebeldes espalhados pelo país. Em junho de 1831, ele retornava ao comando da *Rio da Prata*, seguindo para o Recife no intento de combater os insurretos. Permaneceria no Nordeste, no embate com os rebelados em Pernambuco e no Ceará e, terminadas as missões, doente, desembarcaria da *Rio da Prata* em abril de 1833, recolhendo-se à enfermaria do Arsenal de Marinha, em Salvador, de onde partiria de volta para o Rio de Janeiro. Entre junho e dezembro de 1833, serviria como oficial na fragata *Baiana* e, em fevereiro de 1834 recebia o comando do brigue *Cacique*. Por não aceitar censura recebida por descumprimento de um Alvará de 1797, referente à distribuição de chaves do paiol de mantimentos, por considerá-lo um regulamento prescrito, Lisboa pedia exoneração do comando do *Cacique*, em julho de 1834, requerendo Conselho de Guerra³⁰. Realizado o julgamento, o Tenente, em setembro do mesmo ano, foi isento de culpa pelo Conselho Supremo Militar de Justiça³¹, ficando cancelada a repreensão. Em março de 1835 foi indicado para o comando da escuna *Rio da Prata*, mas não aceitou e exonerou-se dois dias depois, tendo em vista a categoria inferior da embarcação em relação à sua ascensão dentro da Marinha. Em seguida, no mesmo mês, passaria a servir como oficial na corveta *Príncipe Imperial*, até abril do mesmo ano, quando foi nomeado comandante do *Cacique*.

Mais uma vez Marques Lisboa, que já combatera a Setembrada e a Abrilada em Pernambuco, partia para combater uma rebelião, agora a Cabanagem. Como o *Cacique* encontrava-se no Pará, compondo a missão de repressão aos insurretos, o Tenente Lisboa deslocou-se para lá na fragata *Campista*, assumindo seu comando em Belém, onde participou do bloqueio à capital paraense dominada pelos revolucionários. Permaneceria no combate aos cabanos, e a 22 de outubro de 1836 foi promovido a Capitão-Tenente.

²⁹ A respeito desse contexto, ver: IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; MENDES JÚNIOR, Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil História – texto e consulta*: Império. São Paulo: Hucitec, 1991; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

³⁰ Conselho de guerra – É o processo plenário a que respondem as praças da Armada indiciadas em crimes previstos nos artigos de guerra. O tribunal perante o qual correm estes processos toma também o nome de conselho de guerra (DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO..., p. 57.).

³¹ Conselho Supremo Militar de Justiça – Tribunal militar, composto de Oficiais Gerais da Marinha e do Exército e de Desembargadores, que julga em última instância os crimes militares, sendo também consultivo para os Ministérios da Marinha e Guerra (DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO..., p. 58.).

Doente, deixaria o comando do *Cacique* em julho de 1837, para ir à Corte tratar-se, vindo a combater outro foco rebelde, a Sabinada na Bahia. Em dezembro de 1837 apresentava-se ao Quartel-General da Marinha para tratamento de saúde, recebendo alta em fevereiro do ano seguinte. Dois dias depois, embarcava na corveta *Regeneração* e partia novamente para a Bahia para incorporar-se à divisão naval que combatia os rebelados. No Nordeste, chegou a assumir o comando do navio *16 de Março*, ali permanecendo até maio de 1838. Pouco depois, ainda nesse mês, foi nomeado por Aviso Imperial para servir na flotilha que combatia os revolucionários farroupilhas no Rio Grande do Sul, para onde viajou na escuna *Legalidade*, vindo a assumir o comando da canhoneira N° 13. Não permaneceria Marques Lisboa muito tempo em terras sulinas, segundo alguns de seus biógrafos, constrangido que ficara em combater muitos de seus provincianos na guerra civil que dividia o Rio Grande do Sul. Alegando doença, em julho de 1838 pediu desembarque e viajou de volta ao Rio de Janeiro.

O Capitão-Tenente Lisboa apresentou-se ainda em julho de 1838 ao Quartel-General da Marinha, dando parte de pronto, permanecendo sete meses sem comissão. Nesse meio tempo, casou-se com D. Maria Eufrásia Lisboa, a 19 de fevereiro de 1839. Dessa união se originaria família de seis filhos, três homens e três mulheres. Em março de 1839, foi nomeado para comandar o brigue-barca *29 de Agosto*, incorporado às forças estacionadas em Montevideú, com o objetivo de evitar que os rebeldes farrapos recebessem recursos do exterior, bem como para apreender corsários que pudessem aparecer a serviço dos revolucionários. Permaneceu em Montevideú até o fim de julho, quando recebeu ordens para desembarcar e retornar ao Rio de Janeiro, onde chegou em agosto de 1839. O enfrentamento contra outro foco de insurreição se aproximava e, ainda no mesmo mês, assumiu o comando do brigue *3 de Maio*, de modo a ingressar nas forças em combate aos balaios no Maranhão. Enquanto combatia os rebeldes no Nordeste, receberia uma nova promoção, a Capitão-de-Fragata, a 15 de maio de 1840. Nos primeiros dias de 1841, a Província do Maranhão foi declarada pacificada, e Marques Lisboa, dispensado de sua comissão, em junho se apresentou na Corte. De sua ação militar adviria a nomeação como Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, a 18 de julho de 1841.

A região platina permanecia como uma preocupação constante do Império Brasileiro. Em novembro de 1841, o Capitão-de-Fragata Lisboa era designado para comandar a corveta *2 de Julho*, vindo a chefiar a Força Naval Brasileira no Rio da Prata, entre janeiro e outubro de 1842. Nesse período chegou a assumir o comando eventual do patacho *Patagônia*, desligando-se do cargo e voltando ao Rio de Janeiro. Ainda em outubro de 1842, era designado para embarque na fragata *Constituição*, que seria a nau capitânia da Divisão que partiria para Nápoles a fim de trazer a Imperatriz D. Tereza Cristina, na qual seria o imediato. Marques Lisboa, no entanto, antecipou-se à possibilidade de ser desembarcado por ordem do Ministro da Marinha – que lhe sustentava antipatia desde seu embarque como voluntário –, dando parte de doente e pedindo o desembarque, já em janeiro de 1843, e, no mês seguinte apresentava-se dando parte de pronto. Em outubro do mesmo ano foi nomeado para comandar a corveta *Bertioga*, que fazia parte da Estação Naval do Rio da

Prata. Em setembro de 1844 foi dispensado da *Bertioga* e designado para assumir o comando da corveta *2 de Julho*, chegando ao Rio de Janeiro em novembro do mesmo ano. Chegou a ser nomeado Comandante da Divisão do Norte, mas a determinação foi tornada sem efeito e substituída por outra que o nomeava Comandante da Divisão do Centro, na Bahia, onde assumiu o posto em novembro de 1844, viajando e comandando a corveta *D. Januária*. Lá embarcou na corveta *D. Francisca* e, após quase dois anos, foi exonerado do cargo na Bahia, por ter sido extinta a referida comissão, em outubro de 1846, mês em que também recebeu elogios por ter apresentado um mapa hidrográfico da Baía de Todos os Santos. Também em 1846 se tornaria Oficial da Imperial Ordem da Rosa. Em dezembro do mesmo ano desembarcava da corveta *D. Francisca* e passava a gozar de uma licença que duraria até março de 1847.

Nova promoção guindaria Joaquim Marques Lisboa a Capitão-de-Mar-e-Guerra Graduado, a 14 de março de 1847. Em julho desse ano, foi nomeado para fazer parte da comissão encarregada de rever o Regimento Provisional da Marinha, e em agosto seguinte foi incumbido de dirigir os arranjos necessários ao aquartelamento, a bordo da fragata *Príncipe Imperial*, da primeira Escola de Aprendizes Marinheiros. Ainda neste ano, em outubro, foi nomeado membro da comissão encarregada do exame do armamento da Marinha. Em novembro de 1847, recebeu nomeação para comandar o vapor *D. Afonso*, que estava em construção na Inglaterra, e no mês seguinte recebeu dispensa das comissões em que havia sido empregado. Em agosto de 1848, Marques Lisboa participaria de um dos episódios mais lembrados da sua existência, o salvamento da galera *Ocean Monarch*. Próximo ao porto de Liverpool, no Mar da Irlanda, quando no comando do *D. Afonso*, liderou seus tripulantes no salvamento dos naufragos daquela embarcação que transportava imigrantes daquele porto para Boston, e que fora assolada por incêndio de grandes proporções. Além dos elogios, o comandante e a tripulação receberiam recompensa pecuniária, a qual decidiram repassar aos sobreviventes. Ainda assim, o governo britânico insistiu em oferecer como prêmio ao comandante um cronômetro de ouro cravejado de brilhantes, com inscrição de agradecimento³².

No retorno da Inglaterra, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Graduado Marques Lisboa já participaria do enfrentamento de mais um foco revolucionário, novamente no Nordeste – a Praieira, em Pernambuco. A bordo da *D. Afonso*, em fevereiro de 1849, comandou a divisão naval surta no porto do Recife, a qual teve fundamental atuação na derrota dos rebeldes. Pacificada a província, retornou ao Rio de Janeiro, onde, ainda em fevereiro, por meio de Aviso foi louvado pelos serviços prestados nos combates aos praieiros. Pelo mesmo motivo, no mês seguinte tornava-se Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro,

³² Em 10 de maio de 1849, por meio de Aviso, foi permitido que Joaquim Marques Lisboa aceitasse o cronômetro oferecido pelos ingleses. No instrumento estava gravado: "Presented by the British Government to captain Joaquim Marques Lisboa, of the steam frigate *Afonso* of the Brazilian imperial navy, in testimony of their admiration of the gallantry and humanity displayed by him in rescuing many British subjects from the burning wreck of the ship *Ocean Monarch* – August – 1848". Citado por: MONTENEGRO, José Arthur. O Marquês de Tamandaré. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1899*. Rio Grande: Livraria Americana, 1898. p. 86.

e a 14 de março de 1849 era promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra Efetivo. No mês de abril foi nomeado novamente como membro da Comissão encarregada do exame do armamento da Repartição da Marinha. Em maio desse ano atuaria em outro salvamento que também marcaria sua carreira, desta vez da nau lusa *Vasco da Gama*, que se encontrava na barra do Rio de Janeiro, acossada por forte temporal, e, após dezoito horas de trabalho incessante, foi salva pela *D. Afonso*. Por essa ação, em reconhecimento, o Capitão Lisboa receberia uma espada de ouro adquirida por subscrição pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Ainda em 1849 se tornaria Comendador da Antiga e Muito Nobre e Real Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, pelos serviços prestados no salvamento da nau lusa.

INSERIR FIGURA 5

Capitão Marques Lisboa (acervo DPHCM)

INSERIR FIGURA 6

Ocean Monarch (acervo DPHCM)
Nau Vasco da Gama (acervo DPHCM)

INSERIR FIGURA 7

Nau Vasco da Gama (acervo DPHCM)

Em junho de 1849, Marques Lisboa desembarcava da *D. Afonso* e assumia suas funções na Comissão para que fora nomeado em abril. Já em agosto do ano seguinte, era dispensado dessa Comissão e designado para compor uma outra, encarregada de examinar os depósitos de madeira da Intendência da Marinha. Em setembro foi exonerado dessa Comissão e nomeado para comandar a fragata *Constituição*, e em novembro foi designado comandante da Divisão Naval do Rio da Prata, deixando o comando da *Constituição* no mês seguinte. Acabaria sendo dispensado a pedido desse comando, dando-se por doente e pedindo licença em dezembro de 1850. Obtida a licença para tratamento de saúde, passou a residir na Vila de Nova Friburgo. Enquanto convalescia, o Brasil enfrentaria outra das guerras platinas, no confronto com o argentino Rosas, único dos enfrentamentos bélicos dessa época do qual Marques Lisboa não teve participação. Foi promovido, em 3 de março de 1852, a Chefe de Divisão. Em setembro de 1852, era nomeado Capitão dos Portos da Corte e da Província do Rio de Janeiro³³, e em abril do ano seguinte foi designado para a Comissão encarregada da administração da

³³ Capitania dos Portos – Importantes Estações Navais criadas em benefício não só da Marinha de Guerra, como do comércio e ainda da administração fiscal do Império. Tinham por atribuições: a polícia naval dos portos e seus ancoradouros; a inspeção e administração dos faróis, barcas de socorros, balizas, bóias e barcas de escavação; a matrícula da gente do mar e das tripulações empregadas na navegação e tráfego dos portos e das costas, praticagem destas e das barras; e a inspeção das florestas e fiscalização do corte de madeiras reservadas à construção naval. Em todas as províncias do Império, exceto Minas Gerais e Goiás, funciona um destes estabelecimentos, tendo, geralmente, por sede a cidade capital (DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO... . p. 47).

obra do Asilo de Inválidos da Marinha, sem prejuízo da função anterior. Seria nomeado ainda para substituir o Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, durante o impedimento do titular, em agosto de 1854, permanecendo como Capitão dos Portos, até novembro, quando foi exonerado desse cargo para assumir em definitivo a função de Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte³⁴.

Mais uma promoção na carreira de Joaquim Marques Lisboa dava-se a 2 de dezembro de 1854, tornando-se Chefe de Esquadra. Em janeiro do ano seguinte foi nomeado membro da Comissão encarregada de examinar a organização do pessoal e material da Marinha, e em março de 1855 passou a atuar como Veador de S. M. a Imperatriz. A 2 de dezembro de 1856 era promovido a Vice-Almirante, e, ainda em dezembro, pediu dispensa desta última Comissão, vindo a assumir em seguida, no mesmo mês, a Comissão encarregada de propor ao Governo Imperial um local mais apropriado dentro do porto do Rio de Janeiro para a mudança do Arsenal de Marinha e estabelecimento de um dique mecânico. Em maio de 1857, foi-lhe concedida exoneração a pedido do cargo de Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, bem como uma licença para deslocar-se à Europa a fim de tratar da saúde da esposa, que carecia de cirurgia.

Ainda que sua viagem à Europa tivesse motivos privados, o Vice-Almirante Marques Lisboa receberia uma série de incumbências oficiais, todas visando ao aprimoramento da força naval brasileira, fosse engajando homens, fosse na obtenção de novas belonaves. Esse intento de reforçar a Marinha demarcava o interesse brasileiro em melhor se preparar para os conflitos bélicos que se anunciavam em relação aos vizinhos platinos³⁵. Na faina de obter marinheiros na Bélgica, bem como operários para servir na Província de Mato Grosso, e navios na Inglaterra e na França, mormente alguns próprios para navegação do Rio Paraguai, o Vice-Almirante gastaria boa parte de sua licença de foro privado em idas e vindas por países do continente europeu. Em julho de 1858 foi nomeado membro efetivo do Conselho Naval³⁶ e apresentou-

³⁴ Arsenal de Marinha – Estabelecimento militar destinado à construção e conservação de navios, embarcações e de todas as máquinas, aparelhos e armas de guerra necessários à Armada (DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO... . p. 24).

³⁵ Sobre esse contexto, ver: PAULA, Eurípedes Simões de. A Marinha. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Monárquico (declínio e queda do Império)*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1974. v. 6. p. 259-273; MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (tentativa de reconstituição histórica)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 204-234. Renato Fleury destacou que, durante sua estada na Europa, “fiscalizando a construção de navios, Tamandaré aproveitava todas as ocasiões para fazer propaganda do Brasil, tornando-o mais conhecido e respeitado no Velho Mundo” (FLEURY, Renato Sêneca. *O Almirante Tamandaré*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1930. p. 40).

³⁶ Conselho Naval – A lei n. 874, de 23 de agosto de 1856, criou na capital do Império um Conselho Naval, presidido pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e composto de cinco oficiais e dois adjuntos. São membros efetivos três oficiais da Armada, pelo menos de patente não inferior a Capitão de Fragata, e dois paisanos, cidadãos notáveis por seu saber, probidade e serviços, e que tenham prática da administração de Marinha. São membros adjuntos um oficial superior de engenheiros e um construtor naval. O Conselho Naval é essencialmente consultivo e encarregado do estudo e exame de todas as questões que lhe forem sujeitas pelo presidente ou vice-presidente, e é de sua especial competência dar parecer escrito, em forma de consulta, sobre todos os objetos que disserem respeito: à legislação e administração da Marinha; à fixação, organização e disciplina da força naval; à direção e emprego da força naval em tempo de paz e de guerra; a promoções, antiguidades,

se no Rio de Janeiro, de regresso da Europa, em julho de 1859. No mês de setembro desse ano, foi nomeado Comandante da Divisão que se preparava para acompanhar Suas Majestades Imperiais na visita a províncias do Nordeste, vindo a exonerar-se, ainda em setembro, da função de membro do Conselho Naval. Em outubro iniciava-se a missão de acompanhamento ao *Apa*, que conduzia a família imperial, com regresso em janeiro de 1860, e no mês seguinte recebiam louvores os comandantes e oficiais dos navios da esquadra que participaram da expedição, por “bom desempenho de tão honrosa comissão”. Terminada a missão, o Vice-Almirante deixava o comando da Divisão e desembarcava, obtendo licença, em março de 1860, para ir à Europa buscar a família.

A carreira de Joaquim Marques Lisboa seria ainda mais recompensada em 1860. Primeiramente, a 14 de março, Decreto Imperial lhe fazia mercê do título de Barão de Tamandaré³⁷, com grandeza, e a 21 de março era nomeado Conselheiro de Guerra. Em novembro de 1860, retornou da licença na Europa e se apresentou no Rio de Janeiro, e ainda no mesmo mês recebeu a nomeação de Encarregado do Quartel-General da Marinha³⁸. Também em

reformas e recompensas pecuniárias, assim dos oficiais da Armada e classes anexas, como dos marinheiros e praças de pré dos corpos da Marinha; ao engajamento e recrutamento; ao estabelecimento, organização e administração dos Arsenais, Faróis, Capitânicas dos Portos, e quaisquer outras estações da Marinha. Além dos pareceres a que é obrigado, o Conselho deve propor ao Governo a adoção de toda e qualquer medida, que julgue útil ao serviço; e preparar os regulamentos, que o Ministro tiver de expedir em bem do serviço. Na ausência, ou impedimento do Ministro, é o Conselho Naval presidido por um Oficial General da Armada de livre escolha do Governo (DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO... p. 58).

³⁷ Durante a viagem ao Nordeste, Marques Lisboa solicitara ao Imperador a possibilidade de trasladar para o Rio de Janeiro os restos mortais de seu irmão, Manoel Marques Lisboa, que se encontrava no cemitério da Vila de Tamandaré, em Pernambuco, onde perecera durante a Confederação do Equador, ao que o Imperador aquiesceu. Posteriormente, em 1860, o Governo cogitava dar um título nobiliárquico ao Vice-Almirante Lisboa, como homenagem aos serviços prestados, sugerindo um dos ministros que fosse atribuído o nome de algum lugar de sua província natal, ao que atalhou o Imperador, determinando o título de Tamandaré, como lembrança do irmão tombado em luta. À constatação de que Manoel Marques Lisboa lutara ao lado dos rebeldes, o Imperador argumentou que o mesmo militar, pouco antes, havia lutado como voluntário em prol da independência, permanecendo a denominação de Barão de Tamandaré. (MONTENEGRO, p. 87-90; LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II: ascensão – 1825-1870*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977. p. 206). Quanto à etimologia da palavra que deu origem ao título – “Tamandaré – O Noé dos Tupinambás. Filho de Sommay (Sumé) e irmão de Aricute, vivia com seu irmão numa aldeia. Votando de uma expedição guerreira, Aricute insultou Tamendonare (na grafia de Thevet), atirando contra sua cabana o braço de um inimigo, que decepara. A aldeia desapareceu imediatamente, e Tamandaré, batendo com o pé no solo, fez surgir uma fonte de água, que impetuosamente inundou a terra, cobrindo serras e árvores. Tamandaré subiu para uma palmeira, com sua mulher, e Aricute imitou-o, trepando num jenipapeiro, acompanhado da esposa. Alimentando-se dos frutos dessas árvores, escaparam ao dilúvio, e descendo, quando as águas foram secando, separaram-se e repovoaram a terra com os seus descendentes. De Tamenduaré (grafia de Simão de Vasconcelos) vêm os Tupinambás, e de Aricute os Tomimis. – TAMANDARÉ -, taman-dar-ré, depois da volta ou em seguida ao rodeio (Pernambuco), É também o nome do Noé da lenda do dilúvio, entre o gentio brasílico. Segundo Batista Caetano, Tamandaré pode preceder de Tamoindaré (tab-moi-uda-ré)) – aquele que fundou povo, isto é, o repovoador da terra” (CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954. p. 600).

³⁸ Quartel-General – Repartição militar da Marinha, cuja direção cabe a um oficial general com a denominação de ajudante general da Armada. Compete a esta repartição executar, transmitir e fazer cumprir as ordens do ministro, concernentes ao movimento, economia e

novembro do mesmo ano, uma Portaria permitia que ele aceitasse e usasse a Grã-Cruz da Ordem Imperial de Francisco José da Áustria. Entre abril e maio de 1861, sem prejuízo do cargo que ocupava, foi designado para Comissão que examinaria as condições de navegabilidade próximo a rochedos existentes ao sul do Cabo de Santa Marta. Em setembro de 1861 foi dispensado, a seu pedido, do cargo no Quartel-General, e em novembro lhe foi concedida a Comenda da Ordem de S. Bento de Aviz, pelos trinta e cinco anos de serviços prestados ao país. Já em janeiro de 1862, foi nomeado Ajudante de Campo do Imperador³⁹.

As preparações militares que o Brasil vinha desempenhando, com engajamentos e aquisição de armamentos e belonaves tinham forte inter-relação com as disputas pela hegemonia subcontinental. O enfrentamento com os países platinos que vinham de uma herança colonial e perpassaram pela Guerra da Cisplatina e a Guerra contra Rosas e Oribe não havia sido aplacado. Além da disputa pela hegemonia, mormente com a Argentina, o Brasil tinha grandes conflitos de interesse com o Uruguai, notadamente pela questão da fronteira e dos interesses de proprietários gaúchos em suas terras além-fronteiras. Nesse cenário, um outro ator começava a despontar: era o Paraguai, que, buscando ascensão econômica, progressivamente saía do isolacionismo da época de José Gaspar de Francia e passava, com Carlos Antonio Lopez e depois com seu filho Francisco Solano Lopez, a intentar maior participação nas relações internacionais na América do Sul, chegando-se a afirmar que esses governantes pretendiam formar um “Grão-Paraguai”, anexando partes do território brasileiro, argentino e uruguaio. O Brasil tinha fortes interesses no Paraguai, tendo em vista as fronteiras com o Mato Grosso e a navegabilidade na bacia do Prata, meio de acesso mais fácil àquela província. A Argentina, por sua vez, tinha interesses territoriais no Paraguai. O Uruguai ficava, em sua delicada posição de “estado-tampão”, dividido entre a influência brasileira e argentina.

Esse intrincado quadro diplomático iria se agravar a partir de 1864, quando o Brasil entraria em conflito de interesses com o Uruguai presidido por Atanásio Cruz Aguirre, do Partido Blanco, tradicionalmente adversário do Império. Nesse quadro, o Paraguai de Solano Lopez buscaria intervir no processo de pressão sobre o Uruguai, ameaçando o Brasil caso o território uruguaio fosse invadido. Não aceitando o governo uruguaio o ultimato declarado pelo Brasil, ocorreu a invasão do território oriental, dando apoio ao colorado Venâncio Flores. O Paraguai, em represália, invadiu o território brasileiro no Mato Grosso, bem como ultrapassou a fronteira com a Argentina para acorrer em socorro ao governante uruguaio. Estava preparado o ambiente para a guerra. De um lado reuniam-se o Império Brasileiro, a Argentina de Bartolomeu Mitre, que conseguira vencer as divisões internas entre as províncias, e o Uruguai, no qual ascendera Flores, com o apoio brasileiro,

disciplina do serviço militar (DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO... . p. 167).

³⁹ Segundo Lima, na função de Ajudante de Campo, Tamandaré “passaria a acompanhar o Monarca com freqüência nas suas visitas constantes a navios e estabelecimentos públicos, assim como a prestar seus serviços no Palácio Imperial como Semanário. E de tal maneira portou-se nesse convívio com o sábio imperante que este jamais o largou, passando a tê-lo como seu Bayard sem mácula e sem medo” (LIMA, J. F. de. p. 143).

todos reunidos na chamada Tríplice Aliança contra a República do Paraguai. Ao lado dos interesses continentais, somavam-se os internacionais, notadamente os vinculados à Grã-Bretanha. A primeira etapa da guerra foi de avanço paraguaio, que chegou a invadir a fronteira do Rio Grande do Sul. Pouco depois houve uma inversão nessa perspectiva, e a guerra se internalizou no território paraguaio. Imaginavam os aliados que seria um conflito breve, derrubando-se o governante guarani e retornando à normalidade. A resistência paraguaia, entretanto, surpreendeu, somando-se a isso os desentendimentos entre as lideranças da Tríplice Aliança, e, no caso brasileiro, os constantes desacertos entre os políticos e diplomatas ante os militares. Desse modo, a Guerra do Paraguai se arrastaria por quase meia década, trazendo prejuízos irreversíveis aos seus participantes⁴⁰.

Já acostumado aos enfrentamentos bélicos na região platina, o Vice-Almirante Tamandaré foi nomeado, em abril de 1864, para o Comando-em-Chefe das forças navais brasileiras em operações no Rio da Prata, onde permaneceria na campanha contra o Uruguai e nos primeiros anos contra o Paraguai. Em maio de 1864 chegava a Montevideu e passava a aguardar os resultados das negociações diplomáticas. Uma vez vencida essa instância, viria a preparar o bloqueio dos portos de Salto e Paissandu, e a partir de outubro, depois dos entendimentos com Venâncio Flores, passou a efetivar o bloqueio àqueles portos. Salto cairia mais rapidamente, resistindo Paissandu, chave para a vitória, até janeiro de 1865, quando se daria o triunfo brasileiro. Os desacertos entre a atuação da diplomacia brasileira e os intentos militares já começavam a acirrar-se nessa época. Ainda assim, as forças lideradas por Tamandaré atuavam no bloqueio e bombardeio de Montevideu, demarcando-se a derrota de Aguirre. Em fevereiro de 1865, Marques Lisboa receberia o título de Visconde de Tamandaré, e no mesmo ano se tornaria Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, pelos serviços prestados durante a campanha no Uruguai.

Diante do encerramento da Campanha do Uruguai, ultimavam-se os preparativos para o enfrentamento com o Paraguai, naquele que viria o maior dos confrontos em que o Brasil se envolveu à época. Na preparação para essa guerra, o Vice-Almirante Tamandaré passou a elaborar a planificação da Campanha, numa empreitada que teve grandes obstáculos, tendo em vista razões múltiplas, como as dificuldades impostas pelo terreno, a luta em águas fluviais, que exigia a adaptação e a aquisição de novas belonaves para a esquadra brasileira, além das desinteligências dos procedimentos de natureza política e diplomática para com os objetivos de cunho militar, somando-se finalmente aos desacertos entre os próprios aliados. Apesar desses constantes contratemplos e intempéries, o avanço inicial dos paraguaios começaria a refluir, como no caso da vitória na Batalha Naval do Riachuelo⁴¹, empreendida

⁴⁰ Sobre o contexto das questões platinas, ver: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 104-115.

⁴¹ A Batalha do Riachuelo foi uma das mais celebradas no Brasil, mormente na imprensa e em opúsculos, livretos e livros, divulgando-se um sem-número de textos em prosa e verso a respeito do triunfo brasileiro. Exemplificativamente, um desses escritos foi publicado na cidade natal de Tamandaré. Já na primeira estrofe, fazia-lhe referência: "Salve! Novo Ipiranga aonde a glória/ De um feito do Brasil se eternizará,/ Onde a sua Marinha, da vitória/ As heróicas primícias conquistará. (...) De flores, que em teu clima não vicejam,/ Veio a

por uma parte da esquadra comandada por Tamandaré, sob as ordens do Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso, em junho de 1865, e da Rendição de Uruguiana, que marcou o fim da invasão paraguaia no território do Rio Grande do Sul, em setembro de 1865, triunfo no qual Marques Lisboa esteve presente⁴².

Apesar dos obstáculos, as forças brasileiras já em 1866 continuariam o avanço adentro do território paraguaio, obtendo vitórias como em Passo da Pátria, Tuiuti e Curuzu, detendo-se, entretanto, em Curupaiti, e a partir daí as circunstâncias adversas adensaram-se. A constante insistência junto ao governo, no sentido de ampliar o número de belonaves adaptadas às condições de navegabilidade do cenário da guerra, era atendida com precariedade. Na Corte, os políticos, afastados das turbulências e dos riscos da guerra, tomavam decisões a respeito dos destinos do confronto bélico e, por motivos partidários, discutiam os comandos no palco de operações. Além disso, não havia homogeneidade entre as forças aliadas e muitas vezes surgiram divergências, mormente com o líder argentino Bartolomeu Mitre. A continuidade da guerra era vista como extremamente prejudicial aos interesses nacionais, passando-se a buscar culpados, chegando-se a usar a tribuna e a imprensa para imputar essas culpas. Era o prenúncio de uma crise político-partidária sem precedentes que se abateria sobre o Império Brasileiro.

INSERIR FIGURA 8

Retrato do Vice-Almirante Tamandaré estampado na edição de 12 jan. 1868 da folha caricata gaúcha *Sentinelado Sul* (acervo BRG)

Diante dessa série de contrariedades, o Vice-Almirante Tamandaré pediria licença para tratamento de saúde, em agosto de 1866. Pouco depois e no ano seguinte, viria a receber elogios do Imperador pela “bravura, coragem e dedicação” na campanha até então empreendida. Em dezembro de 1866, deixava, a pedido, o comando da Esquadra em operação no Paraguai. A 21 de janeiro de 1867 seria promovido a Almirante, chegando ao Rio de Janeiro em fevereiro desse ano. As provocações e os obstáculos criados pelos embates

guerra tecer-te uma grinalda;/ Pois são elas do solo aonde flamejam/ As cores do topázio e da esmeralda.// Cingi-las podes! não nos faz afronta;/ Porque abrilhantas nosso foro externo,/ E do Nelson brasileiro em ti se aponta;/ O grandioso Trafalgar moderno!” (RODRIGUES FILHO, Zeferino Vieira. *Riachuelo – poemeto*. Rio Grande: Tipografia do *Artista*, 1866. p. 3-4). Garcez Palha, em relação aos participantes do evento, enfatizava que lhes seria devido o “direito à gratidão” e que “a história pátria” guardaria “religiosamente seus feitos” que constituiriam “exemplos” a serem seguidos pela mocidade (PALHA, Garcez José E. *Efemérides navais ou resumo dos fatos mais importantes da História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia da *Gazeta de Notícias*, 1891. p. 100). Já o Almirante Carlos Silveira destacou uma das perspectivas de Marques Lisboa no que se refere a Riachuelo: “Quando Tamandaré subia o Rio Paraná com alguns navios para reunir-se à esquadra de Barroso e assumir o comando-em-chefe de toda ela, ao chegar em frente ao Riachuelo, chamou a bordo de sua capitânia o comandante do *Parnaíba*, abraçou-o, dirigiu-lhe palavras entusiásticas, arrancou de sua nobre farda o oficialato do Cruzeiro e colocou-o no peito desse comandante” (SILVEIRA, Carlos Balthazar da. *Campanha do Paraguai – a Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1900. p. 19-20).

⁴² CELSO, Affonso (Visconde de Ouro Preto). *A Marinha de outrora (subsídios para a História)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894. p. 201-206.

político-diplomáticos que entravavam os caminhos da guerra agastaram o experiente militar, que se afastou definitivamente do cenário bélico do Paraguai. Tantas eram as dificuldades que, depois do afastamento de Tamandaré, a guerra ainda continuaria por mais de três anos. De volta ao Brasil, em seguida já assumiria novas funções, como ao ser nomeado Presidente da Comissão encarregada de assistir às experiências da corveta *Trajano*, para dar parecer sobre suas qualidades náuticas.

INSERIR FIGURA 9

Almirante Tamandaré (acervo DPHCM)

Tantos eram os debates de cunho político no Império que, em 1868, o Imperador promoveria uma inversão partidária no poder, afastando o ministério liberal e levando à ascensão dos conservadores, estabelecendo o que viria a ser uma das mais traumáticas mudanças políticas no país. Com os conservadores no poder, os liberais radicalizariam seu programa. Entre os mais exaltados, frutificaria a idéia do rompimento com a forma de governo, derivando-se daí um movimento republicano. As transformações advindas de 1868 iriam desde as trocas no aparelho burocrático-administrativo, com a prática das famosas “derrubadas”, que constituíam a substituição nos cargos públicos com colocação de indivíduos alinhados com os governantes, até um acirramento partidário-ideológico ferrenho nas disputas entre liberais e conservadores. Desse modo, o ano de 1868 viria a consistir um momento de inflexão na vida nacional, estabelecendo-se, a partir de então, os primórdios de um processo que levaria ao desgaste da Monarquia, podendo ser considerado como a gênese do processo de transição que levaria à mudança da forma de governo⁴³. Tal era a ingerência da política nos assuntos da guerra que o conflito com o Paraguai iria estender-se ainda até 1870.

Essas interferências viriam a constituir um dos mais notórios fatores para o afastamento do Almirante Tamandaré do cenário da guerra. No Rio de Janeiro, Marques Lisboa viria a perder sua esposa em 1869 e assumiria cargos como o de Ajudante de Campo do Imperador, Gentil-Homem da Imperial Câmara, Ministro do Supremo Tribunal Militar e Membro do Conselho Superior Militar. Em dezembro de 1887, foi elevado a Conde de Tamandaré e, em maio do ano seguinte, a Marquês de Tamandaré. A Monarquia Brasileira vinha se desgastando desde o final dos anos sessenta e progressivamente iria sofrendo diversos reveses, mormente a partir das denominadas Questão Religiosa e Questão Militar, quando perderia em boa parte o amparo de duas de suas bases de sustentação. Esse processo se completaria com a abolição da escravidão e a perda de um terceiro pilar, originando-se grandes dificuldades no que tange à demanda por mão-de-obra e as exigências de proprietários quanto a possíveis indenizações. O movimento republicano, alicerçado no

⁴³ Sobre esse momento de inflexão, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v. 7; IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1976. v. 5. p. 9-112.

apoio do Exército, promoveria a queda da Monarquia e a ascensão da nova forma de governo, instaurada a 15 de novembro de 1889⁴⁴.

A Família Imperial viria a sofrer com o exílio determinado pelos novos detentores do poder. Diante da premência de dirigir-se à embarcação para deixar o território brasileiro, o único que declarou que acompanharia o Imperador e sua família até a bordo foi o Marquês de Tamandaré⁴⁵. Esse ato bem demonstra a atitude de Marques Lisboa diante dos acontecimentos pós-15 de Novembro, mantendo-se fiel à Monarquia até a sua morte, embora alguns representantes da imprensa tenham chegado a sugerir o contrário, o que o próprio Tamandaré desmentiria com veemência⁴⁶. Mesmo isento da reforma compulsória, o Almirante passou a insistentemente solicitar seu desligamento do quadro efetivo da Armada. Diante da sua insistência acabaria por ter atendida sua solicitação, ficando desligado praticamente de todas as suas funções, mas foram mantidas as honrarias inerentes à sua posição. O Almirante voltou sua vida para o convívio familiar e um verdadeiro retiro em sua residência na Gávea. Ainda assim, continuaria a receber a visita de jovens militares, muitas vezes levados pelo Almirante Saldanha da Gama, em busca de um aprendizado ou ao menos de um contato com aquele que se transformava em um ícone da Marinha Nacional. Numa dessas ocasiões, a 13 de dezembro de 1892, quando Tamandaré completava 85 anos, Saldanha e um grupo de Aspirantes e Guardas-Marinha homenagearam-no com uma pequena lembrança, uma “âncora verde”, a qual o velho Marques Lisboa guardaria com carinho, vindo a desejar em sua vontade testamental que a mesma viesse a acompanhá-lo por ocasião de seu funeral.

INSERIR FIGURA 10

Brasão do Marquês de Tamandaré (acervo DPHCM)

À época o Brasil vivia mais uma vez em clima de instabilidade política, havendo uma série de incertezas quanto ao norte da nova forma de governo. Vários grupos políticos intentavam fazer valer o pressuposto ideológico de sua preferência. Entre outros, debatiam-se liberais, jacobinos, positivistas e até mesmo um tênue resquício restaurador⁴⁷. Certos segmentos da sociedade, não aceitando o modelo autoritário pelo qual se implementava a República, passaram a preparar movimentos que viessem a, segundo suas concepções, corrigir os rumos do país, em busca de uma tão almejada “verdadeira

⁴⁴ A respeito desse contexto histórico, ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.

⁴⁵ LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II: declínio – 1880-1891*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977. p. 115.

⁴⁶ MONJARDIM, Adelpho Poli. *O grande Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil*. Duque de Caxias: s. l., 1976. p. 304-307.

⁴⁷ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República – jacobinos: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

república”. Nesse ambiente, seriam deflagradas a Revolução Federalista, que iniciaria no Rio Grande do Sul e se alastraria por Santa Catarina e Paraná, e a Revolta da Armada, iniciada no Rio de Janeiro e que viria a se unir à revolução sul-rio-grandense⁴⁸. Ainda que derrotados pelas forças governamentais, esses movimentos demarcavam a presença de insatisfações com o regime que se implementava no Brasil.

Tamandaré, ainda que afastado da vida pública, acabaria por sentir os percalços pelos quais passava o país. Em setembro de 1893, bem quando estourava a Revolta da Armada, elaborava seu testamento, no qual ficava demarcada sua fidelidade ao Imperador, sua vocação para com a Marinha e sua intenção de que a simplicidade orientasse seu funeral. Agastado com os acontecimentos que agitavam a Nação, diante do episódio da prisão de altas patentes militares, que lançaram manifesto censurando o regime vigente, o Almirante apresentou-se ao Presidente Floriano Peixoto, declarando-se solidário aos colegas e considerando-se ele próprio como também aprisionado, o que acabaria por não se confirmar na prática⁴⁹. Seu último vínculo às lides públicas viria a deixar de existir já ao final de sua existência, quando, já em precário estado de saúde, solicitou seu desligamento do Supremo Tribunal Militar, que se confirmaria pelo Decreto de 14 de março de 1897.

Dias depois, a 20 de março de 1897, faleceria o Marquês de Tamandaré; “a queda do trono, o exílio e a morte do Imperador e da Imperatriz, o eco dos últimos acontecimentos da Revolta da Armada” teriam trazido certas amarguras e uma certa “melancolia, enternecida de saudade e veneração pelas cinzas sagradas de tantos amigos e, pelos que, longe da terra brasileira, ainda eram pra ele a Família Imperial”⁵⁰. À época de seu falecimento, o Brasil ainda vivia conturbações, atravessando “dias dos mais agitados da sua vida política, resultantes dos acontecimentos de Canudos”. Assim, “houve um certo e geral receio de que o caixão em que foi colocado fosse coberto, no trajeto, pela bandeira do Império, ao qual tão longamente servira e como era seu desejo que o transportassem à última morada”, de modo que “ela foi cuidadosamente dobrada e colocada em um dos lados do ataúde”⁵¹.

Um dos biógrafos de Tamandaré, o acadêmico Gustavo Barroso, a respeito das notas fúnebres do personagem, destacava que a trivial notícia do enterro do Almirante era significativa, chamando atenção para a pobreza e a

⁴⁸ Ver: ALVES, Francisco das Neves Alves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002; COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. da UnB, 1979.

⁴⁹ O mais provável é que nem mesmo o “Marechal de Ferro” fosse querer pagar o preço político e a antipatia popular de proceder àquele ato. De acordo com Garcia Jr., apesar das diferenças, o Marechal Floriano não negaria, ao referir-se a Marques Lisboa, que se tratava de “um grande brasileiro”. GARCIA JÚNIOR. *Divisas e bordados (crônicas sobre a Marinha Brasileira)*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1938, p. 57. Adelpho Monjardim, sobre o tema, diz que o Presidente da República, diante da posição do Almirante, teria declarado que este poderia se considerar aprisionado, ao que perguntaria Tamandaré: “A que prisão devo recolher-me?”, e responderia Floriano: “Sua prisão é a sua palavra!”; diante disso, “Tamandaré recolheu-se à sua residência, fiel ao seu compromisso” (MONJARDIM. p. 310)

⁵⁰ CASTRO, Eugenio de. O ocaso de uma grande vida (1889-1897). *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, ano LXII, n. 5 e 6, p. 693, 1942.

⁵¹ SILVA, J. M. Castro. Tamandaré. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, ano LXII, n. 5 e 6, p. 691, 1942.

simplicidade “daquele varão espartano que vivera e morrera tão modestamente, levando para o túmulo, como símbolo, não a espada com que combateu, porém a âncora com que salvara os navios”. Manifestava profunda estranheza o escritor ao ressaltar que as maiores autoridades públicas de então não compareceram pessoalmente e sim se fizeram representar. Essas ausências deveram-se, muito provavelmente, à fidelidade de Joaquim Marques Lisboa à forma de governo derrubada em 1889, como descreveu Frederico Villar, ao transcrever o testemunho de D. Eufrásia Marques Lisboa, filha de Tamandaré, que manifestara veemente convicção de que seu pai nunca aderira à República⁵². Numa época em que os preceitos político-partidários e um propalado purismo ideológico beiravam o maniqueísmo e o exclusivismo, a fidelidade poderia ter sido considerada como um pecado condenável. No entanto, o mesmo Gustavo Barroso lembrava que a ausência dos pró-homens guindados ao poder há menos de uma década teria uma muito vantajosa compensação na manifestação popular, ao ressaltar que o povo “encheu todas as ruas por onde seguiu o préstito rumo à necrópole”, todos em “profundo e comovido silêncio, cabeças descobertas, olhos pregados no chão”. Diante disso, o acadêmico destacava o ato fúnebre como “verdadeira apoteose”, representada pelo “sagrado recolhimento” e pela “compunção popular”, que seriam ainda mais representativos “por sua espontaneidade”⁵³.

Nos primórdios da República, os governantes buscaram criar uma série de estratégias discursivas e simbolismos que legitimassem a nova forma instituída a 15 de novembro; entretanto, muitas vezes a legitimação não se daria exatamente por convencimento e sim quase a fórceps. Dentre as estratégias dos novos detentores do poder estava a de tentar levar ou à desvalorização ou ao esquecimento das “heranças” monárquicas, ainda mais tendo em vista a aura de “popularidade”⁵⁴ e a própria questão dos alcances e limites da “liberdade”⁵⁵ que cercavam a imagem do Imperador, de sua família e do regime que representara. Num primeiro momento, o Almirante Joaquim Marques Lisboa, fiel ao Imperador e à Monarquia até a morte, poderia também representar algum resquício daquelas heranças tão temidas pelos governantes. Paulatinamente, com a consolidação daquela forma de governo, e quando alguns radicalismos maniqueístas pareciam atenuados, novos horizontes se anunciavam, tanto que a data natalícia de Tamandaré, a partir de 1925, passaria a ser considerada o Dia do Marinheiro, e, desde 1948, o personagem histórico era guindado ao posto de Patrono da Marinha. Assim, apesar de certas intenções e projetos deliberados no que tange ao apagamento de alguns resquícios que lembrassem a Monarquia, a edificação da imagem do Almirante Tamandaré, que não se esvaecera no pó da história, seria reafirmada no seio da memória social brasileira.

⁵² VILLAR, p. 335-337.

⁵³ BARROSO, p. 252-255.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 29.

⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 83-106.